

# Capital político e Financiamento de Campanha no Brasil (2002 - 2014)<sup>12</sup>

## *Political capital and Campaign Finance in Brazil (2002 – 2014)*

Maria Letícia Machado da Silva<sup>3</sup>

Antônio Alves Tôres Fernandes<sup>4</sup>

### Resumo

Maior capital político implica em maior volume de financiamento eleitoral? Este artigo propõe a criação de um novo Índice de Capital Político (ICP) e testa a hipótese de que quanto maior o capital político, maior a quantidade de receita de campanha. Portanto, quanto maior a receita de campanha, maior o sucesso eleitoral do candidato. A amostra é formada por 80 parlamentares que se mantiveram na Câmara dos Deputados entre 2002 e 2014. A comparação envolve membros da mesa diretora, líderes partidários e presidentes de comissões permanentes. Metodologicamente, será utilizada estatística descritiva para examinar um banco de dados original elaborado a partir de dados secundários (Câmara dos Deputados, Tribunal Superior Eleitoral e do Departamento Intersindical de Assessoramento Parlamentar). Nossos principais resultados indicam que (1) existe uma associação fraca envolvendo o ICP e financiamento de campanha, (2) Os parlamentares com maior ICP apresentam maior receita na campanha.

**Palavras-chave:** Financiamento de Campanha; Capital político; Câmara dos Deputados.

### Abstract

Greater political capital implies greater volume of electoral financing? This article proposes the creation of a new index of Political Capital (ICP) and tests the hypothesis that the higher the political capital, the greater the amount of campaign revenue. Therefore, the greater the amount spent in campaign, the greater the electoral success of the candidate. Our sample is formed by 80 parliamentarians who remained in the Brazil's Chamber of Deputies between 2002 and 2014. The comparison involves members of the presiding board, party leaders and chairmen of standing committees. Methodologically, descriptive statistics will be used to examine an original database drawn from secondary data (Câmara dos Deputados, Tribunal Superior Eleitoral e do Departamento Intersindical de Assessoramento Parlamentar). Our main results indicate that (1) there is a weak association involving the index and campaign financing, and (2) the parliamentarians with higher scores had have increases in their campaign finance.

**Key-words:** Campaign financing; Political capital; Chamber of Deputies.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP, Montevideu, 26 a 28 de julho de 2017). Áreas e subáreas temáticas II: Comportamento Político, Eleitoral e Lideranças.

<sup>2</sup> Esta é uma versão preliminar de um trabalho em andamento. Agradecemos ao grupo de Métodos em Ciência Política (MPCP), ao colega Wagner Martins e, em especial, aos professores Dalson Figueiredo e Nara Pavão pelos comentários e incentivos. Incorreções remanescentes são de nossa total responsabilidade.

<sup>3</sup> Graduanda em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE. E-mail: leticia.machado@ufpe.br.

<sup>4</sup> Graduando em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE. E-mail: antonio.alvestorres@ufpe.br

## INTRODUÇÃO

Maior Capital Político implica em maior financiamento na campanha? A hipótese sustentada é de que quanto maior o capital político, maior o nível de financiamento eleitoral. Este trabalho busca responder essa questão apresentando um indicador original de capital político, criado a partir de diversas categorias relacionadas a atividade legislativa e reputação do parlamentar. Em particular, verificamos se os candidatos que apresentaram um maior capital político na legislatura anterior obtiveram um aumento em suas receitas na campanha seguinte. Dado que a acumulação de recursos é fundamental para a sobrevivência política dos parlamentares e que o dinheiro exerce efeito significativo na eleição (Samuels, 2001; Figueiredo Filho, 2009), os parlamentares que possuem um maior capital político também serão aqueles que obtêm mais recursos.

Essa lógica se deve ao fato de que as campanhas só receberão mais recursos quando os retornos destas forem mais seguros para as corporações e para os eleitores, ou seja, doadores de campanha adotam um comportamento estratégico ao investir em candidatos capazes de garantir a representação de suas demandas na arena política (Peltzman, 1976).

Foram mobilizados dados da Câmara dos Deputados, Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Departamento Intersindical de Assessoramento Parlamentar (DIAP) para criação do índice de capital político bem como para analisar informações acerca da receita de campanha e cargos ocupados na Câmara dos deputados. Utilizamos estatística descritiva e correlação linear para analisar os resultados.

O trabalho está dividido da seguinte maneira: a primeira seção revisa parte da literatura sobre capital político e financiamento de campanha, seguido da importância dos cargos para a manutenção da vida legislativa. Após isso, apresentamos os dados e métodos utilizados para a nossa análise, seguido dos resultados, considerações finais e limitações e bibliografia.

### **1 Capital político: o que sabemos?**

Em sua obra *As formas do Capital*, Bourdieu (1986) apresenta o mundo social como um mundo de acumulação, onde nada é igualmente possível ou impossível. É a estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que define a ordem das coisas. Capital que, segundo o autor, pode ser caracterizado como trabalho acumulado, ou seja, uma espécie de energia social que se materializa ou se incorpora em um agente ou grupo de agentes.

Sendo o Capital político o objeto de estudo do nosso trabalho, partimos da tese de que

a sobrevivência política dos congressistas depende da acumulação de recursos ao longo de mandatos sequenciais. Schugurensky (2000) apresenta o conceito de Capital político como composto por cinco dimensões: conhecimento, habilidades, atitudes, proximidade do poder e recursos pessoais.

O conhecimento se refere ao entendimento das relações institucionais desde o nível geral, como o processo eleitoral e a separação de poderes, até um nível mais específico como conhecimentos relacionados ao procedimento legislativo, relações públicas, campanhas eleitorais, entre outros. As habilidades estão relacionadas ao desenvolvimento de atributos que permitam uma maior facilidade para influenciar a tomada de decisão. São exemplos a habilidade de falar em público, poder de persuasão e capacidade de formar alianças. Atitudes, ao seu turno, envolvem fatores mais subjetivos como autoestima, motivação, persistência e paciência. São aspectos psicológicos que têm o potencial de influenciar nos resultados políticos. Proximidade do poder se refere à ideia de que, quanto mais próximo se está do centro das decisões, maior a capacidade de influência. Por sua vez, a dimensão de recursos pessoais, envolve tempo e recursos financeiros, fundamentais para a autopromoção individual.

De certo, todas essas dimensões estão relacionadas entre si e funcionando em conjunto para o acúmulo de capital político. Algumas vezes o termo tende a ser utilizado em relação à sociedade como um todo, de maneira semelhante à ideia de capital social colocada por Putnam (1994)<sup>5</sup>. Turner (1999), por exemplo, classifica capital político como um link entre o capital social e econômico, refletindo o empoderamento de uma determinada comunidade e a habilidade desta em realizar negociações relacionadas à sua localidade geográfica. Outras vezes, utiliza-se o termo para definir o nível “micro”, ou seja, maior capacidade de determinados indivíduos para agir politicamente.

Nossa hipótese repousa sobre as dimensões de proximidade do poder e recursos pessoais. Indivíduos com maior proximidade do poder tendem a obter uma maior quantidade de recursos dada a sua capacidade de influência nas arenas decisórias da qual fazem parte. Miguel (2003) afirma que o campo político pode ser compreendido como uma carreira hierarquizada, onde os cargos mais importantes da estrutura política são também os mais escassos, o que gera competição intrapartidária.

Para o caso brasileiro, Araújo et al (2015) fazem uma análise sobre quais atributos tornam um candidato detentor de capital político, sendo a condição de incumbente necessária,

---

<sup>5</sup> Em “Making Democracy work”, o autor apresenta o Capital social como fator explicativo para as diferenças do desempenho institucional dos governos regionais na Itália. O conjunto de características da organização social, como confiança e reciprocidade, contribuiria para aumentar a eficiência e coordenação das ações.

mas não suficiente para o acúmulo de capital político. Aplicando a esta pesquisa, analisamos se quanto maior o capital político do parlamentar, maiores as chances de que ele consiga ocupar cargos de alto escalão. Ao longo do tempo, o parlamentar adquire estabilidade suficiente para transitar entre todas as esferas sem incorrer em ônus à sua carreira política. Consideramos como capital político as prerrogativas institucionais adquiridas por cada parlamentar, ou seja, o capital acumulado dentro da própria instituição, para além de recursos como credibilidade pessoal, histórico familiar<sup>6</sup> ou profissão exercida anteriormente.

## **2 Financiamento Eleitoral**

A arrecadação de recursos financeiros é um componente básico da realização de campanhas políticas, pois que, ainda que em valores mínimos, o dinheiro viabiliza a comunicação com o eleitorado. Estudos como o de Figueiredo Filho (2005), ao analisar as eleições de 2002 no Brasil, demonstram que a relação entre financiamento de campanha e sucesso eleitoral não pode ser afirmada em termos de causa e efeito, mas que o dinheiro é condição suficiente para explicar a derrota de candidatos. Samuels (2001a) verificou, em um estudo realizado envolvendo as eleições para deputados federais em 1998 e 2001 que o dinheiro exerce forte influência no resultado eleitoral.

Para o caso americano, Jacobson (1978) foi pioneiro ao falar das diferenças entre o efeito do financiamento sobre a vitória de candidatos desafiantes e sobre a reeleição de candidatos incumbentes. Os resultados mostram que para os novos candidatos, o efeito marginal do financiamento recebido é maior, muito embora as chances de derrota para candidatos veteranos sejam relativamente baixas. O mecanismo explicativo do sucesso eleitoral se encontraria não apenas no dinheiro arrecadado, mas em atributos do parlamentar que facilitam a sua permanência no poder.

O financiamento de campanhas eleitorais segue uma lógica de mercado. Os legisladores no papel de “revendedores autorizados” de políticas públicas (*rent-seekers*) adquirem uma espécie de dívida para com os doadores, que esperam obter algum retorno dos recursos investidos na forma de negociações e benefícios com a administração pública. Segundo a Teoria da Regulação Econômica, a ação dos grupos de pressão concentra benefícios para seus membros enquanto divide os custos de forma difusa com a sociedade (Stigler, 1971). Desse modo, podemos considerar a doação como um investimento, visando uma defesa (no caso de doações por parte de grupos de interesse) ante uma manutenção do

---

<sup>6</sup> Para um estudo de caso sobre famílias políticas, ver Oliveira (2001).

*status quo* (*rent extraction*) ou uma mudança visando maiores benefícios (*rent seeking*). A atuação parlamentar perante as suas diversas atividades não só em plenário, mas por meio de comissões, requerimentos, entre outras coisas, pode ser utilizada para essa garantia de interesses.

O debate sobre a regulamentação do financiamento de campanha tangencia problemas como a desigualdade na disputa eleitoral, encarecimento das campanhas e a influência de interesses privados, geralmente associados a falta de transparência e corrupção (Santos 2011; Speck, 2012, 2014; Samuels, 2001; Mancuso, 2012). Desse modo, a regulamentação seria a solução desejável para o aumento dos níveis de *accountability* e a realização de eleições limpas.

A legislação brasileira passou a permitir o recebimento de doações de campanha somente a partir de 1994, após dois grandes escândalos (1992-93)<sup>7</sup>, dos quais um deles resultou no *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello. A resolução nº 14.234, de 21 de Junho de 1994, estabeleceu a condição de que valores e fontes de arrecadação deveriam ser oficialmente reportados ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A grande parcela de doações advindas de empresas privadas, entretanto, mudou o debate para a influência dos grupos de interesses no processo decisório.

### **3 Uma questão de sobrevivência**

Uma organização interna mais complexa e o aumento do universalismo do processo decisório, além da distinção de sua função em comparado com outras instituições, são características elencadas por Polsby (1968) ao se tratar da institucionalização da Câmara dos Representantes Americana. Para o caso brasileiro, das variáveis elencadas por Perissinotto e Bolognesi (2010), a que tem efeito mais expressivo na corrida eleitoral é da senioridade dos políticos<sup>8</sup>, que sugere que candidatos com experiência prévia são preferíveis para receber apoio às suas candidaturas por possuírem maiores chances de se eleger.

Por definição, as atividades legislativas giram em torno das comissões parlamentares e organizações partidárias. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados centraliza a direção dos trabalhos em órgãos como a Mesa Diretora e o Colégio de Líderes. A designação dos membros das comissões e a formação da agenda legislativa são duas das prerrogativas compartilhadas entre os líderes das bancadas e da Mesa diretora (Ribeiral, 1998).

---

<sup>7</sup> CPMI do Impeachment (1992) e CPI dos Anões do Orçamento (1993).

<sup>8</sup> Variável originalmente codificada como “professional politician”, ver Perissinotto e Bolognesi (2010).

Falar da institucionalização das atividades legislativas implica dizer que obedecem a um rígido processo de tramitação e seleção interna. As comissões permanentes, por sua vez, representam uma tentativa de especialização e organização. São órgãos de natureza técnica e primeira instância deliberativa dos projetos introduzidos na Câmara, que, dentre outras prerrogativas, podem aprovar projetos em caráter terminativo. Isto é, que não precisam passar pelo crivo do plenário, a menos que por recurso (Figueiredo e Limongi, 1995).

Da decisão do parlamentar de concorrer ou não a reeleição, Leoni, Pereira e Rennó (2003) elencam que a despeito de aposentar-se, concorrer a cargos estaduais (ambição regressiva) ou apostar em cargos mais altos (ambição progressiva), a carreira parlamentar se constitui de uma série de escolhas, sendo a natureza dessas escolhas <sup>9</sup> e não da ambição, que determinará a sobrevivência política.

Muito embora a taxa de rotatividade no Congresso brasileiro seja relativamente alta (Samuels, 2000), o que demonstra a existência de um componente progressivo muito mais do que carreiras estáveis, a nossa hipótese é a de que, dado que a escolha por galgar cargos mais altos é custosa em termos eleitorais, a permanência na Câmara possui um dinamismo próprio orientada pela ocupação de cargos de destaque dentro da própria instituição.

#### **4 Dados e Métodos**

O trabalho faz um acompanhamento dos deputados que conseguiram se reeleger para a 52<sup>a</sup> (2003-2007), 53<sup>a</sup> (2007-2011) e 54<sup>a</sup> (2011-2014) legislaturas consecutivamente. Do universo de 513 eleitos no  $t_0 = 2002$ , a nossa população foi reduzida a 80 parlamentares no  $t_1 = 2014$ . O objetivo é analisar a evolução do capital político dos candidatos ao longo do tempo dentro da própria instituição. Como capital político, consideramos os cargos ocupados pelos candidatos a cada mandato. Se alguma vez foi membro da mesa diretora, líder partidário e/ou presidente de comissões permanentes. Ou se ainda, foi citado no relatório anual do DIAP como um dos 100 parlamentares mais influentes da Câmara dos Deputados no ano de referência.

Segundo a nossa hipótese, esses deputados estariam mais aptos a influenciar os processos e resultados legislativos. A mesa diretora é composta por um colegiado de 7 parlamentares eleitos por um período de 2 anos. Aos seus membros compete dirigir os trabalhos legislativos e serviços administrativos da Câmara dos Deputados. Aos líderes partidários, entre outras prerrogativas: apresentar requerimento de urgência; limitar a

---

<sup>9</sup> Para uma tipologia da natureza das escolhas políticas, ver Schlesinger (1966)

possibilidade de apresentação de emendas aos projetos; aumentar a velocidade de apreciação dos projetos; nomear os membros das comissões; aprovar projetos em regimes de urgência por votações simbólicas. Finalmente, aos presidentes de comissões permanentes, cabe convocar e presidir todas as reuniões da Comissão, representar a Comissão nas suas relações internas ou externas à Casa, como também designar relatores e matérias para a sua apreciação.

Os dados<sup>1011</sup> foram levantados do sítio da Câmara dos Deputados e do relatório Cabeças do Congresso, produzido anualmente pelo Departamento Intersindical de Assessoramento Parlamentar (DIAP), para informações sobre os candidatos eleitos, e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para dados sobre financiamento de campanha e informações sobre o processo eleitoral.

Com o objetivo de garantir a replicabilidade dos resultados (King, 1995; Paranhos et al, 2012), a organização documental do trabalho seguiu as diretrizes do protocolo TIER 2.0 e os dados estarão disponíveis na plataforma Open Science Framework (OSF)<sup>12</sup>. O quadro 1 sintetiza as informações sobre a estratégia empírica adotada no artigo.

#### Quadro 1 - Informações sobre a estratégia empírica

Questão:	Qual a relação entre financiamento de campanha e capital político?
Unidade de análise:	Parlamentares reeleitos na 52 <sup>a</sup> , 53 <sup>a</sup> e 54 <sup>a</sup> legislaturas
Técnicas:	Estatística Descritiva e Correlação bivariada.
Fonte:	<i>Sítio da Câmara dos Deputados</i> <i>Tribunal Superior Eleitoral (TSE)</i> <i>Relatório Cabeças do Congresso (DIAP)</i>

Fonte: Elaboração dos autores.

## 5 Resultados

Para a análise dos resultados relacionados ao financiamento de campanha, deflacionamos os valores reportados pelos candidatos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

---

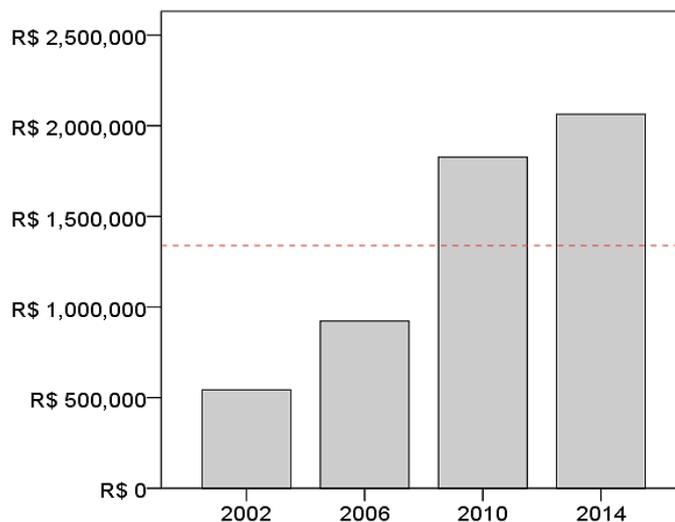
<sup>10</sup> Agradecemos a Bruno Carazza dos Santos pela nobre atitude de ter disponibilizado a série utilizada em sua tese de doutoramento de forma sistematizada em seu blog. Com isso, pudemos realizar nossas análises de forma rápida e eficiente.

<sup>11</sup> [leisenumeros.com.br/2016/06/dados-sobre-financiamento-de-campanhas-eleitorais-producao-legislativa-e-comportamento-parlamentar/](https://leisenumeros.com.br/2016/06/dados-sobre-financiamento-de-campanhas-eleitorais-producao-legislativa-e-comportamento-parlamentar/) (Acesso em Maio de 2017)

<sup>12</sup> Disponível em: <https://osf.io/7rcp6/>

com base no IPCA<sup>13</sup> em relação a dezembro de 2016. O gráfico abaixo apresenta a evolução da receita de campanha dos 80 parlamentares no período de 2002 a 2014.

**Gráfico 1 - Evolução da receita de campanha ((em R\$) 2002-2014).**



Fonte: Elaboração dos autores com base no TSE.

O gráfico 1 apresenta a média da receita de campanha obtida pelos parlamentares no período analisado. A linha pontilhada refere-se a média de todo o período (R\$ 1.338.778,00). A média de receita dos 80 parlamentares eleitos em 2002 foi de R\$ 543.137,00, em 2006 foi de R\$ 922.060,00, em 2010 foi R\$ 1.826.499,00 e em 2014 a média da receita obtida pelos parlamentares analisados foi de R\$ 2.063,417.

### **5.1 O Índice de Capital Político (ICP)**

O Índice de Capital Político (ICP) é um índice aditivo elaborado por meio da análise da trajetória dos parlamentares por legislatura. Para tal, verificamos se o Deputado (a) foi líder partidário, presidente de comissão permanente e membro da mesa diretora na referida legislatura e se foi citado como um dos 100 parlamentares da série “Os cabeças do Congresso” elaborada anualmente pelo Departamento Intersindical de Assessoramento Parlamentar (DIAP). A série, que também leva em consideração aspectos qualitativos como reputação e traços de liderança, classifica os parlamentares de forma dicotômica como influentes ou não.

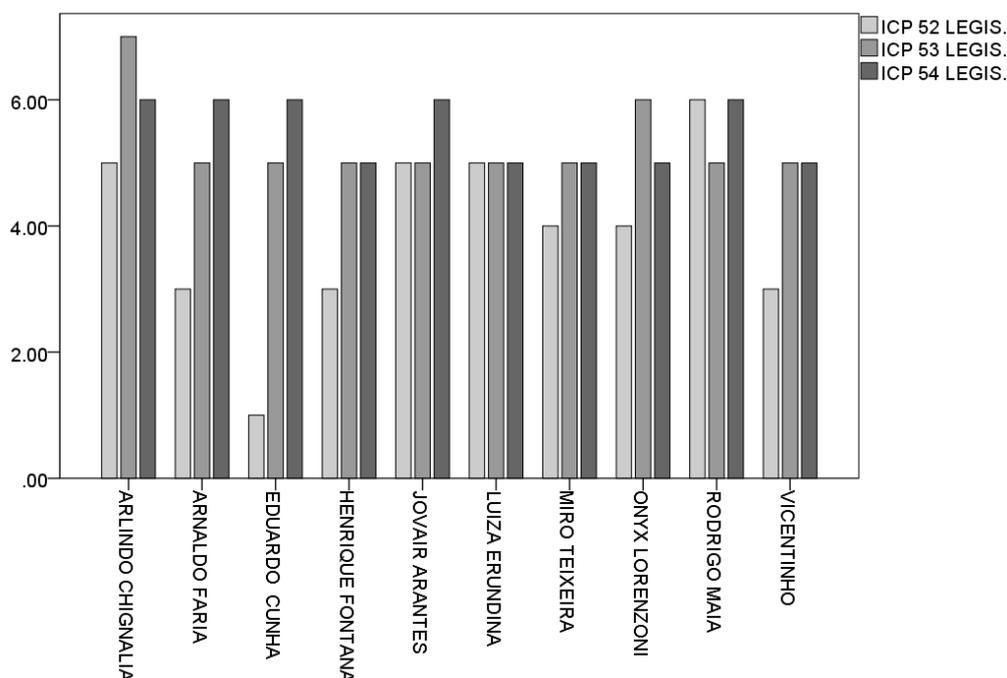
---

<sup>13</sup>Índice de preços ao consumidor amplo

À saber sobre a consistência interna da nossa medida, o teste do Alpha de Cronbach – ou Alfa de Cronbach – define o limite correspondente à correlação esperada entre os diferentes itens de uma mesma escala. Por padrão, o valor do alpha deve ser positivo, variando entre 0 – 1, com ponto de corte de 0,7 para uma medida razoável (Pestana et al, 2008). O nosso indicador, composto pelo *score* total acumulado pelos parlamentares ao fim de cada legislatura, obteve um coeficiente de 0,87, que indica uma consistência boa entre as dimensões.

Desse modo, classificamos o candidato quanto ao capital político atribuindo valor 1 para a presença da propriedade de acordo com a categoria e valor 0 para a ausência, totalizando um *score* ao final de cada legislatura. A partir do Índice de Capital Político construído, o gráfico 2 apresenta os 10 parlamentares que obtiveram o maior *score* ao final da 54ª legislatura.

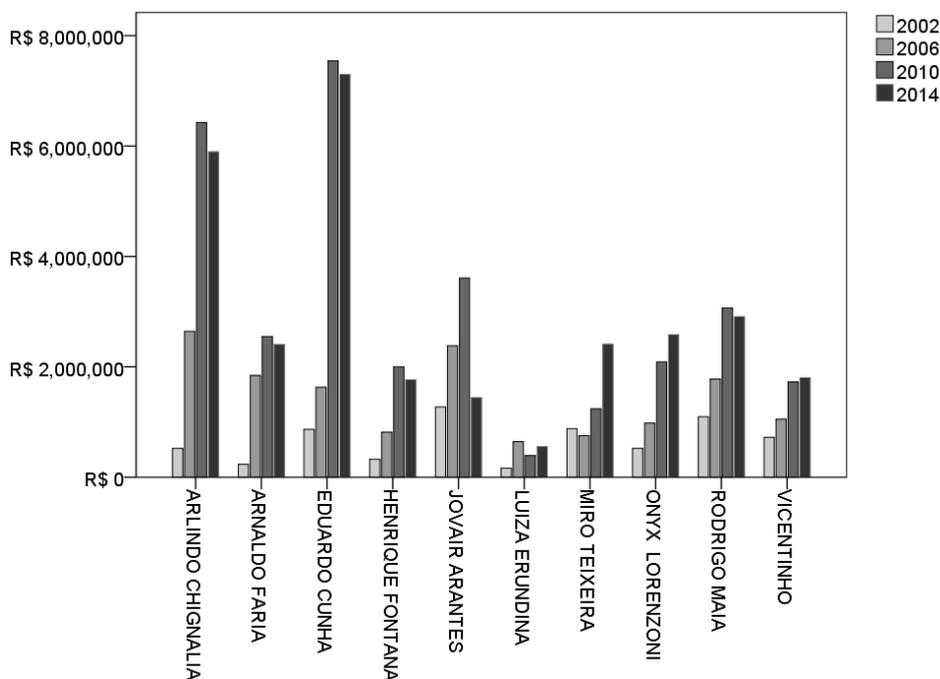
**Gráfico 2 - Parlamentares com maior ICP total desagregado por legislatura (52ª, 53ª, 54ª).**



Fonte: Elaboração dos autores. .

Dentre os parlamentares presentes no gráfico, um foi presidente da Câmara dos Deputados no período analisado (Arlindo Chinaglia) e outros dois vieram a se tornar presidente da casa após a 54ª legislatura (Eduardo Cunha e Rodrigo Maia). O gráfico abaixo apresenta a evolução da receita desses candidatos no período analisado.

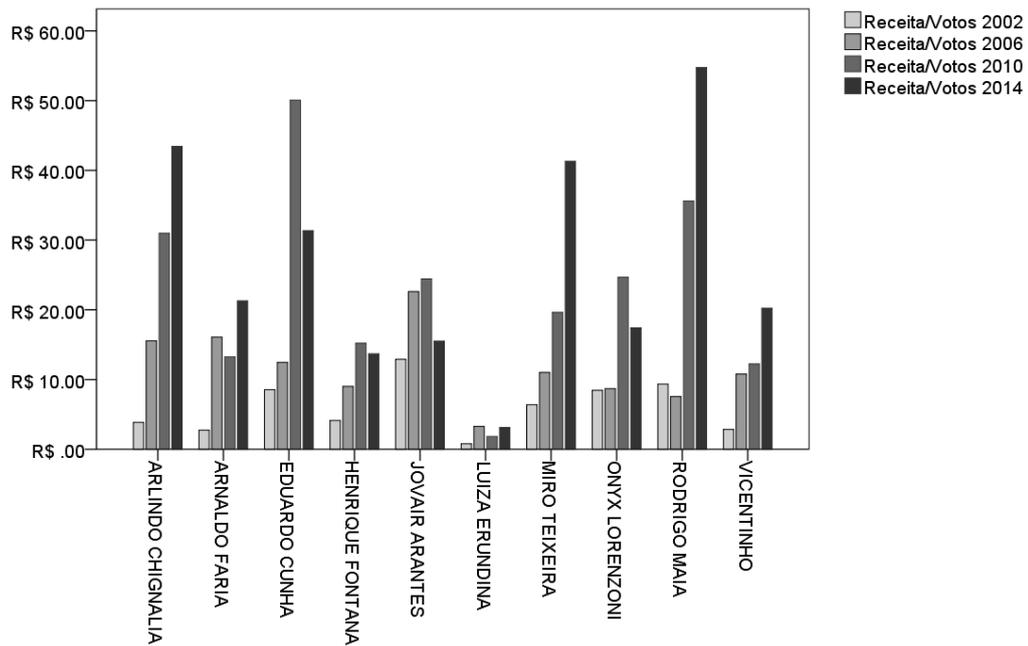
**Gráfico 3 - Receita de campanha dos parlamentares com maior ICP por eleição (2002-2014)**



Fonte: Elaboração dos autores. .

Os resultados do gráfico 3 mostram que existe uma evolução na receita obtida pelos parlamentares no decorrer do tempo. As campanhas que apresentam a menor quantidade de receita são as da Deputada Luiza Erundina enquanto que nas últimas duas eleições para Deputado Federal é possível verificar a enorme discrepância da receita do Deputado Eduardo Cunha, que apresentou uma guinada considerável em relação aos outros parlamentares. O deputado apresenta a mesma evolução no que se refere ao ICP da 52ª para 53ª legislatura. O gráfico abaixo apresenta o resultado da receita dividida pela quantidade de votos obtidos por cada parlamentar.

**Gráfico 4 - Receita dividida por votos dos parlamentares com maior ICP (2002-2014)**



Fonte: Elaboração dos autores. .

O gráfico apresenta o resultado da divisão da receita pela quantidade de votos. A divisão da receita obtida pelos votos mostra o quanto representa o valor de cada voto para o parlamentar com base na receita de campanha obtida na eleição. Quanto maior o valor, “mais caro” é o voto. O parlamentar que apresentou o “voto mais caro” na última eleição foi Rodrigo Maia, com um custo de R\$ 54,75 por voto, tendo recebido uma receita de campanha de R\$ 2.910.707,00 e apenas 53.167 votos, o que representou 70% dos votos válidos. Em 2002 e 2006 o voto “mais caro” foi o do parlamentar Jovair Arantes, enquanto que em 2010, Eduardo Cunha teve o maior valor referente à divisão de receita pelos votos. Em todas as eleições, a parlamentar Luiza Erundina apresenta os menores valores, chegando ao máximo de R\$3,29 nas eleições de 2006.

### **Parlamentares que apresentaram o menor ICP**

Com base no Índice de Capital Político (ICP), os parlamentares que apresentaram o menor *score* (0) no período analisado foram:

1. Aníbal Ferreira Gomes (RJ)
2. Jair Messias Bolsonaro (RJ)
3. Vander Luiz dos Santos Loubet (MS)

## 5.2 Associação entre o ICP e Receita de Campanha

A tabela abaixo apresenta a correlação entre o ICP de cada legislatura, ICP total e a receita de campanha dos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014 controlada pelos votos recebidos. O esperado é que o ICP da legislatura tenha um impacto na receita de campanha da eleição seguinte.

A área sombreada da tabela apresenta o resultado das correlações envolvendo o ICP e a receita. A receita de 2002 está correlacionada significativamente apenas com o ICP da 52ª legislatura. O que se espera é que a receita de 2002 esteja relacionada significativamente com o ICP da 51ª Legislatura. A receita de campanha de 2006 está correlacionada significativamente com o ICP da 52ª, 53ª e o ICP total. A receita de 2010 apresenta correlação significativa com o ICP de todas as legislaturas e o ICP total enquanto que a receita de 2014 apresenta correlação significativa com o ICP de todos os anos, exceto 2002. Baseado no resultado agregado das correlações é possível afirmar que o ICP apresenta uma associação fraca com receita de campanha.

**Tabela 1 – Correlação entre ICP, receita e votos (2002-2014).**

	N	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
(1) Receita 2002	80	1	0,748**	0,483**	0,436**	0,208	0,229*	-0,009	-0,038	0,264*	0,220	-0,024	0,159
(2) Receita 2006	80		1	0,703**	0,618**	0,172	0,341**	0,158	0,003	0,327**	0,331**	0,139	0,289**
(3) Receita 2010	80			1	0,795**	0,077	0,223*	0,117	0,016	0,292*	0,394**	0,264**	0,355**
(4) Receita 2014	80				1	0,065	0,255*	0,018	0,056	0,191	0,311**	0,227*	0,275*
(5) Votos 2002	80					1	0,511**	0,491**	0,176	0,208	0,254*	0,236*	0,262*
(6) Votos 2006	80						1	0,511**	0,355**	0,226*	0,167	0,107	0,181
(7) Votos 2010	80							1	0,469**	0,169	0,196	0,196	0,211
(8) Votos 2014	80								1	-0,098	0,005	0,001	-0,029
(9) ICP 52 Legis.	80									1	0,788**	0,560**	0,855**
(10) ICP 53 Legis.	80										1	0,740**	0,943**
(11) ICP 54 Legis	80											1	0,878**
(12) ICP Total	80												1

\*\* Correlação significativa no nível 0,01 \* Correlação significativa no nível 0,05 Valores de receita deflacionados em relação a Dez. 2016

Fonte: Elaboração dos auto

## **Considerações Finais**

Iniciamos este artigo indagando a relação entre o capital político e o financiamento de campanha dos candidatos eleitos à Câmara dos Deputados (2002-2014), a partir da hipótese de que a permanência na Câmara por mandatos consecutivos exige características orientadas pelo aumento progressivo da influência do parlamentar sobre o centro decisório. As dimensões de proximidade do poder e de recursos pessoais oferecem os mecanismos teóricos para o teste de hipótese.

A pouca literatura a respeito do tema no Brasil confirma o caráter inovador do nosso trabalho numa tentativa de preencher o vácuo existente. Parte da literatura revisitada versa sobre o capital político em termos da estruturação da carreira do candidato, observando a força dos meios de comunicação em massa sobre os resultados eleitorais (Miguel, 2003) enquanto que outros estudos falam de capital político se referindo à qualidade do ambiente institucional (Arraes et al, 2004) ou como sinônimo do capital eleitoral (Speck e Mancuso, 2014).

Ao construir um Índice de Capital Político (IPC), propomos uma análise sobre a dinâmica interna da Instituição, definindo o capital político como a progressão do candidato em termos de prerrogativas ao longo de mandatos sequenciais, que facilitaríamos a sua permanência no poder. Consideramos além da ocupação de cargos de destaque (Mesa diretora, liderança do partido e/ou presidência de comissão permanente), a citação do parlamentar na série “Os cabeças do Congresso”, produzida anualmente pelo Departamento Intersindical de Assessoramento Parlamentar (DIAP). A justificativa para tal é pela adoção do DIAP a critérios quantitativos e qualitativos na categorização dos parlamentares. Informações quanto a reputação, ausentes na forma pura da nossa classificação podem ser suplementados a partir dos dados dos relatórios.

Com base em nossas análises, verificamos que o Índice de Capital Político está relacionado de maneira fraca com a receita de campanha dos parlamentares ao controlar pelo número de votos recebidos. Dos Deputados classificados com alto capital político no nosso índice, 3 assumiram a presidência da casa. Também é possível verificar o progresso de cada parlamentar em sua carreira como Deputado (a) Federal e que, ocupar cargos de destaque ou ser um parlamentar influente na arena legislativa não leva necessariamente a um maior aumento na receita de campanha. Entretanto, o poder que este parlamentar possui na instituição e sua capacidade de influenciar nas suas decisões é significado de maior prestígio

na casa e, na maioria das vezes, maior captação de recursos.

Apesar de nossos esforços, este trabalho apresenta algumas limitações. Primeiro, foi criado um Índice de Capital Político aditivo, dado a dificuldade para atribuir peso aos cargos ocupados, as comissões temáticas e as lideranças de partido. Segundo, assumindo que a nossa pesquisa se limita ao capital institucional do parlamentar na Câmara dos Deputados, não acompanhamos o passado político dos parlamentares, nem os que deixaram o cargo para ocupar postos maiores na carreira eleitoral. Estes, provavelmente, arrecadaram montantes maiores em suas campanhas e obtiveram maior capital político. Além disso, este trabalho apresenta limitações metodológicas, não sendo possível mostrar uma conexão causal entre capital político e receita de campanha. Todas essas limitações abrem uma agenda de pesquisa para que se busque uma melhor compreensão acerca dos elementos formadores do capital político, que não pode ser dito unidimensional. A relação entre capital político e carreira política e receita de campanha e capital político são relações que precisam ser mais exploradas, bem como construção de indicadores que possuam maior validade.

## **Bibliografia**

ARAÚJO, V., SILOTTO, G., & CUNHA, L. R. . “Capital político e financiamento eleitoral no Brasil: uma análise empírica da estratégia das empresas na alocação de recursos de campanha”. *Revista Teoria & Sociedade*. 2015.

ARRAES, R. A.; BARRETO, R. C. S.; TELES, V. K. “Efeitos do capital social e do capital político no desenvolvimento econômico: simulações para países e estados brasileiros”. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 22, n. 41, p. 211-239. 2004.

BOURDIEU, Pierre. "The forms of capital. (1986)." *Cultural theory: An anthology*1 (2011): 81-93.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Resolução nº 17, de 1989. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1989/resolucaodacamaradosdeputados-17-21-setembro-1989-320110-normaatuizada-pl.html>

DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp, p.25-116. 1999

FIGUEIREDO, A. C., e LIMONGI, F. "Mudança constitucional, desempenho do Legislativo e consolidação institucional." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 10.29 175-200. 1995.

FIGUEIREDO FILHO, D. B. Gastos eleitorais: os determinantes das eleições? Estimando a influência dos gastos de campanha nas eleições de 2002. *Revista Urutágua* (Online), v. 8, p. 1-10. 2005.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. "O elo corporativo? Grupos de interesse, financiamento de campanha e regulação eleitoral." (2009). Tese de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Pernambuco. 2009.

JACOBSON, Gary C. , "The Effects of Campaign Spending in Congressional Elections". *American Political Science Review*, Vol.72, No. 2, pp. 469-491. 1978.

KING, Gary. "Replication, replication." *PS: Political Science & Politics* 28.3: 444-452. 1995.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos and RENNÓ, Lúcio, "Estratégias para sobreviver politicamente: Escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil." *Opinião Pública*, Vol. IX, Nº 01, pp. 44-67. 2003.

MANCUSO, Wagner Pralon , "Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa". Article presented at the 8th Meeting of the Brazilian Political Science Association. Gramado/RS. 2012.

MIGUEL, Luís Felipe. "Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro". *Rev. Sociol. Polit.* [online]. , n.20, pp.115-134, 2003. ISSN 1678-9873. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782003000100010>. .

PARANHOS, Ranulfo, et al. "Levando Gary King a sério: desenhos de pesquisa em Ciência Política." *Revista Eletrônica de Ciência Política* 3.1-2. 2012.

PERISSINOTTO, R. M.; BOLOGNESI, B. "Electoral success and political institutionalization in the federal deputy elections in Brazil (1998, 2002 and 2006)". *Brazilian Political Science Review*, v. 4, n. 1, p. 10-32. 2010.

PELTZMAN, S. . "Towards a more general theory of regulation". *Journal of Law and Economics*, 19, 211-240. 1976.

PESTANA, Maria Helena & Gageiro, João Nunes . "Análise de Dados para Ciências Sociais". A complementaridade do SPSS, 5ª edição revista e corrigida. Lisboa, *Edições Sílabo*, pp. 527-528. 2008.

POLSBY, Nelson W. "The Institutionalization of the U.S. House of Representatives". *American Political Science Review*, 62(1):144-168. 1968.

PUTNAM, Robert D., Robert Leonardi, and Raffaella Y. Nanetti. "Making democracy work: Civic traditions in modern Italy". *Princeton university press*. 1994.

RIBEIRAL, T. B. "Comissão de Constituição e Justiça: uma ilha de institucionalização no Congresso Nacional". *Revista do Legislativo*, Belo Horizonte, n. 24, p. 66-82, out.-dez. 1998

SAMUELS, David. "Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil". *Legislative Studies Quarterly* XXV: 481-498. 2000.

SAMUELS, David. Money, elections, and democracy in Brazil. *Latin American Politics and Society*, 27-48. 2001.

\_\_\_\_\_ "Incumbents and Challengers on a Level Playing Field: Assessing the Impact of Campaign Finance in Brazil." *The Journal of Politics*, 63 (2): 569-584. 2001.

SANTOS, M. L. "O parlamento sob influência: o lobby da indústria na Câmara dos Deputados" Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

SCHUGURNESKY, Daniel. "Citizenship learning and democratic engagement: Political capital revisited." 2000.

SPECK, B. W. . O financiamento político e a corrupção no Brasil. In: R.C. Biason, ed. *Temas de corrupção política*. São Paulo: Balão Editorial. 2012.

SPECK, B. W.; MANCUSO, W. P. "A study on the impact of campaign finance, political capital and gender on electoral performance". *Brazilian Political Science Review*, vol. 8, nº 1, p. 34-57. 2014.

STIGLER, George J. "The theory of economic regulation." *The Bell journal of economics and management science*. 3-21. 1971

TURNER, Robyne S. "Entrepreneurial neighborhood initiatives: Political capital in community development." *Economic Development Quarterly* 13.1. 15-22, 1999.